

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Dino enfatiza equilíbrio em meio à tensão sobre emendas

Ministro do STF cobra transparência quanto à aplicação de recursos

/ CONGRESSO NACIONAL

Em meio ao impasse das emendas que atormenta o Congresso, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), destacou no domingo que o protagonismo do Poder Judiciário está “fortemente associado” a demandas de diferentes atores - partidos políticos, governos estaduais, empresas, entidades de classe.

“O equilíbrio entre os Poderes não é estático, pois depende da dinâmica geral da política, dos mercados e da sociedade civil”, frisou. “Quem está no centro da Praça dos Três Poderes é que escolhe em que prédio entra, nos termos da Constituição.”

O ministro também apontou como o “ultraintividualismo, o extremismo, as agressões pessoais como método de debate público e o uso cotidiano das fake news”, dificultam o processo decisório na política, o que acaba por gerar “ainda mais demandas para o sistema de Jurisdição Constitucional”.

A declaração se dá dias após o vice-líder do governo na Câmara, o deputado Rubens Pereira Júnior



SERGIO LIMA/AFP/DIVULGAÇÃO/JC

Decisão do ministro Flávio Dino suspendeu execução das emendas

(PT-MA), apresentar um projeto de lei para regulamentar a apresentação e a execução de emendas parlamentares.

O texto foi elaborado na esteira das decisões de Dino que suspenderam a execução de emendas até que haja transparência sobre os repasses. Após as decisões, o STF e o Congresso começaram um diálogo sobre o tema e chegaram a um acordo, materializado no projeto de lei. Previsto para ser analisado ontem, o texto ainda não havia sido votado até o

fechamento desta edição.

Dino também se encontrou com o relator do orçamento, Angelo Coronel (PSD-BA), e fez sugestões a um outro projeto, de autoria do senador, sobre emendas parlamentares.

O ministro indicou, por exemplo, que os recursos das emendas de bancada devem ser liberadas só para estados que representam, que o Tribunal de Contas da União fiscalize a execução das emendas e que uma plataforma única reúna as informações sobre as transferências.

Prazo para auditoria de ‘emendas Pix’ é 11 de novembro

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), fixou o dia 11 de novembro como prazo final para a Controladoria-Geral da União entregar uma auditoria de todas as emendas parlamentares pagas a ONGs e demais entidades do terceiro setor

entre 2020 e 2024. Dino atendeu a um pedido da CGU para a prorrogação do prazo.

A decisão foi tomada em dois processos. Um deles, que discute principalmente as emendas de bancada e de comissão, discute a continuidade do esque-

ma do “orçamento secreto”, declarado inconstitucional pela corte em 2022.

O outro, ajuizado neste ano pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), trata especificamente das “emendas Pix”.

Após declarar apoio a Motta, Arthur Lira afaga Elmar

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), designou o líder do União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA), como relator do projeto que estipula regras para a distribuição e a execução das emendas parlamentares. A escolha de Lira ocorre uma semana após ter decidido apoiar um adversário de Elmar para a sucessão na presidência da Câmara, o líder do Republicanos, Hugo Motta (PB).

Na quinta-feira, Elmar chegou a dizer que perdeu seu “melhor amigo”, ao se referir a Lira e à ampla aliança formada em torno de Motta, do PT ao PL.

O líder do União não desistiu de sua candidatura oficialmente, mas disse que não pode “colocar a vontade pessoal acima dos companheiros”. Nos bastidores, parlamentares do União dialogam com o líder do Republicanos sobre a possibilidade de apoiá-lo.

Na semana passada, Motta almoçou com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, uma das maiores figuras do partido de Elmar. A relatoria foi entregue a Elmar num momento em que está em negociação a sua desistência oficial. A proposta é de autoria do deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), que

diz que o texto foi construído em diálogo entre os Três Poderes.



MARINA RAMOS/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Lira busca apaziguar sucessão



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Política de Segurança Pública

ISAAC AMORIM/DIVULGAÇÃO/JC

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de iniciativa do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski (foto), apresentada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aos governadores, tudo indica, terá dificuldade para ser aprovada no Congresso Nacional. A proposta prevê o aprimoramento do papel da União para que o governo federal passe a ter competência para estabelecer diretrizes gerais quanto à política de segurança pública, o que incluiria o sistema penitenciário. O deputado federal gaúcho bolsonarista Bibó Nunes (PL) dispara: “Segurança pública é um tema que jamais preocupou a esquerda”.



Atualizar Constituição

Ao defender o texto da PEC, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou que “o crime organizado se modernizou ao longo dos anos, por isso, a Constituição deveria ser atualizada”.

Golpe federativo

Para o deputado Alberto Fraga (PL-DF), presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, conhecida como “Bancada da Bala”, a proposta é um “golpe federativo” e não passará no Congresso.

Contra, obviamente

O deputado federal gaúcho Mauricio Marcon (Podemos) foi econômico nas palavras: “Sou contra, obviamente”. Já o coordenador da bancada gaúcha no Congresso Nacional, deputado federal gaúcho Dionilso Marcon (PT), declarou: “Eu vi pela imprensa, não conheço a proposta”. Questionado se haveria necessidade de uma PEC sobre isso, respondeu: “Precisa, a questão da segurança pública está muito difícil”.

Segurança não preocupa a esquerda

Na opinião do deputado Bibó Nunes, “o presidente Lula está querendo é aprimorar o que ele não conhece. Segurança é uma área que não preocupa e jamais preocupou a esquerda”. O parlamentar critica a proposta e chama atenção para o fato de que “qualquer decisão na Justiça que envolva algo que penalize o criminoso, geralmente, a esquerda é contra”.

Pena para quem mata um policial

Bibó Nunes afirmou que, “nesta semana ou na próxima, vai entrar em votação um projeto de lei que penaliza quem mata um policial. Para ter direito à progressão do regime, ele tem que ter cumprido 80% da pena, e a esquerda em peso foi contrária”, lamentou o deputado.

Marco inicial

O presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública e secretário de Segurança do Distrito Federal, Sandro Avelar, classifica a proposta do presidente Lula sobre “como um marco inicial de um processo em que ainda vai haver muita discussão, vai ser aberta aos estados a possibilidade de contribuírem na construção dessa política, que interessa a todos nós”. Avelar diz que não vê ameaça de o governo federal fazer alguma intervenção nas polícias estaduais.

Interesse da população

Sandro Avelar considera que “a política de segurança pública proposta é, sem dúvida nenhuma, uma das matérias mais importantes e de maior interesse da população do País”.